

O ENSINO SECUNDÁRIO NO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 1917-1920: O QUE SINALIZA A EDUCAÇÃO DOS NOSSOS JOVENS?

Joyce Carneiro de Oliveira¹

Universidade Federal do Ceará – joyceufc@yahoo.com.br

Esse trabalho pretende discutir a organização do ensino médio após a I Guerra Mundial, quando os princípios da escola passam a ser revistos, no sentido de garantir uma nova configuração da sociedade. No decorrer desse artigo procuramos situar o ensino secundário no momento em questão observando algumas das ações e idéias que movimentavam a política, economia e a sociedade.

Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico na literatura da história da educação, recorrendo a fontes primárias, nesse caso, escolhemos três relatórios de governos compreendidos entre os anos de 1917 a 1920.

Serão essas fontes que possibilitarão o início de um entendimento acerca da ação sistemática do Estado em orientar, supervisionar e prover o ensino secundário do Ceará, considerando o contexto no qual ele estava inserido. Sobre isso, Paiva (1973; p.19) explica:

Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade. Por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico, suas transformações econômicas e sociais, suas lutas pelo poder político. Toda educação provém de uma situação social determinada e as metas educacionais, a política da educação e a orientação do ensino mostram de forma clara o seu caráter histórico.

Ao contrário do ensino primário que passou por um processo de extensão nas três primeiras décadas republicanas, por conta dos movimentos ideológicos – entusiasmos pela educação e otimismo pedagógico, o ensino secundário é pouco discutido, talvez pela demanda espremida ou pela urgência de se garantir o ensino elementar. E nesse sentido, os registros da educação cearense perdem um pouco sua uniformidade, se mostrando dentre os livros fragmentada em meio às atenções ao ensino primário, a urgência da alfabetização e a preferência pelo ensino superior.

Nosso segundo objetivo é de reconhecer a maneira que as teorias racistas e os olhares da psicologia diferenci-

al, desenvolvidas no período escolhido, se deslocavam para o campo local, procurando identificar aspectos que revelem o processo de estruturação dessas teorias no ensino secundário do Ceará.

A investigação se concentrou nos três primeiros anos do que Zanotti designa como segunda fase da política educacional. Período em que houve uma grande efervescência de idéias construídas no âmbito educacional, inclusive no Estado do Ceará, através de protagonistas que as fontes primárias nos revelam. Momento que contempla a difusão do ensino elementar comum, a reformulação dos sistemas educativos preexistentes e a promoção do ensino técnico-profissional.

É também nessa ocasião que a escola é transformada no escopo das iniciativas públicas e sociais, como tentativa de estabelecer uma educação voltada para a paz e para a democracia, buscando a abordagem pedagógica das teorias Escolanovistas.

A Escola Nova vem romper com o ideário da Escola Tradicional e tem na psicologia científica o arcabouço teórico para explicar as diferenças de rendimento escolar. As maiores influências nesse campo são os estudos de Galton (1822-1911), desenvolvidos nas áreas da biologia, estatística, psicologia experimental e testes psicológicos.

O predomínio da psicologia na fundamentação do fracasso escolar revela uma explicação individualista, de mérito pessoal, em que cada um é responsável por seu destino. Garantir a educação nessas bases populares seria a saída para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto era necessário, apenas, oferecer iguais condições para que cada um, livre, tivesse força de decidir seu próprio caminho. E nesse caso, a escola se transformaria no instrumento de destruição das diferenças de qualquer natureza, oferecendo uma formação única, independente da classe social ocupada pelo educando.

Portanto, a explicação da aprendizagem foi tomada a partir de duas vertentes: as ciências biológicas e a medicina, ambas influenciadas por teorias racistas. Os primeiros especialistas que se debruçaram sobre as dificuldades de aprendizagem foram os médicos, ou seja, o surgimento de pesquisas realizadas fora do espaço escolar, em laboratórios, consultórios, com o intento de verificar e pensar sobre os casos dos *idiotas, anormais*, que não apresentavam condições suficientes para acompanhar os trabalhos da educação formal. A questão central era entender o porquê dos desempenhos distintos, quando as ofertas de acesso ao conhecimento eram as mesmas, tanto para aqueles que obtinham sucesso, como para os que fracassavam.

Os testes psicológicos surgem para serem usados no meio educacional e, aos poucos, foram se transformando em instrumentos importantes para as avaliações intelectuais. A estes testes foram sendo incorporadas novas idéias que explicam os resultados baseados em causas físicas, emocionais, intelectuais, raciais, etc. A partir dessa concepção, formou-se a idéia de que a correção e prevenção dos problemas seriam possíveis na medida em que houvesse um cuidado com a saúde mental da criança e do professor.

A mudança desse paradigma ocorre quando, aos poucos e mais tarde, as causas relacionadas à raça começam a dar espaço para explicações de cunho cultural. Daí a explicação para o fato de pessoas das classes mais favorecidas ocuparem os melhores cargos sociais. No entanto, outro equívoco começou a ser sinalizado: o pensamento de que a mobilização social era um processo impossível, devendo os indivíduos mostrarem-se passivos e submissos à sua situação atual.

As teorias de Loyd Warner efetivaram um arranjo nas idéias já construídas. O autor rediscute a desigualdade social a partir da desigualdade individual e afirma que a justiça é possível quando o trabalho escolar é realizado após o conhecimento das capacidades pessoais que garanta a adaptação das aptidões de cada um na sociedade.

É necessário dizer que período da I República, que tem início em 1891, vem despertar um país para a necessidade de se edificar uma democracia. No entanto, são vários ensaios de medidas governamentais, reformas, planejamentos políticos, que muitas vezes se perderam no caminho por conta da cultura centralizadora e dominadora das elites sobre as classes menos favorecidas.

De todo modo, o período abordado é fecundo para entendermos o histórico do nosso sistema político e nossas tentativas de construção da cidadania. É preciso entender, porém, que esse sistema não tem sua originalidade aqui no solo brasileiro, ele já surge sob influência do modelo político americano, o sistema presidencialista. E assim como as demais políticas públicas, a educação vai sofrer os efeitos colaterais das concepções norte-americanas através das propostas da Escola Nova, Escola Ativa ou Escola Progressiva. Lembramos que a natureza desse debate surge muito antes, principalmente, através das idéias de Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746-1827) e Fröebel (1782-1852). E mais tarde, Dewey (1859-1952), Claparède (1873-1940) e Ferrière (1879-1960), retomam a temática.

No Brasil, e no Ceará, a atuação inicial de Rui Barbosa (1849-1923) e dos Pioneiros da Educação foram valiosas

para se elaborar novos olhares sobre a Pedagogia Tradicional que já se conhecia e se reproduzia.

É inegável que o país passava por profundas inquietações e a situação educacional motivaria o nascimento de novas idéias. Conforme afirmou Paiva (1973), a educação para o povo só passou a ser valorizada após a revolução industrial na Europa e as exigências de domínio de técnicas de leitura e escrita por parte das pessoas. Por outro lado, os socialistas viram a possibilidade de dar início ao processo de conscientização das massas pela disputa do poder político. Os movimentos ideológicos como o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico vieram afirmar a necessidade de se estabelecer um sistema político e se projetar uma política educacional:

O 'entusiasmo pela educação', caracterizado por preocupações eminentemente quantitativas em relação à difusão do ensino, visava à imediata eliminação do analfabetismo através da expansão dos sistemas educacionais existentes(...)Seu aparecimento parece estar ligado ao problema da ampliação das bases eleitorais, através do aumento do número de votantes proporcionado pela multiplicação das oportunidades de instrução elementar para o povo. Entretanto, um de seus aspectos mais importantes é a supervalorização da educação como fator capaz de solucionar todos os demais problemas da Nação. (Nagle, 1976; p.28; grifos meus).

O Estado brasileiro, apesar de apresentar algumas alterações, preservava a 'permanência dos tradicionais imperativos'. Sendo quadro de diversas condições que estimulavam e provocavam mudanças, como as campanhas presidenciais, as lutas do operariado, as organizações sindicais, as pressões da burguesia industrial, entre outras. (Nagle, 1976)

Mesmo após o Império, a democracia, a república divulgada, permanecia muito mais em discurso do que na realidade. O povo, a grande parte da população brasileira, continuava alijado das decisões políticas e do acesso aos seus direitos políticos e, principalmente civis.²

Retomando a idéia de Nagle, não houve um rompimento com a prática do coronelismo, ao contrário, é alimentado e aperfeiçoado pelo desenvolvimento das oligarquias. A república não fez desaparecer as desigualdades sociais, os latifúndios e continua baseada na prática do coronelismo.

É um contexto bastante contraditório se pensarmos que a República assumia o significado de cidadania e de

democracia. Carvalho (2004) explica que a fragmentação do processo republicano que se instaurava no Brasil foi reflexo de um sistema colonial que semeou a escravatura, o latifúndio, um Estado absolutista. “O fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido.” (p. 8). Entendendo o complexo por ser dialético, por não apresentar unidade ideológica já que alguns direitos são comuns a todos, enquanto outros, não passam de aspirações distantes. E historicamente definido, por ter sido construído juntamente com a história, com a formação da própria nação brasileira.

As idéias que vinham se contrapor a essa realidade eram tímidas de tamanho e não possuíam forças suficientes para se mostrarem acima das idéias centralizadoras e individualistas. Apesar de surgir para representar os direitos dos cidadãos, ou ainda do povo, o que é que a República veio muito mais como um objeto de apropriação de uma classe em ascensão, necessitada de independência econômica, do que propriamente, a favor de uma população distante dos bens políticos, civis e sociais.

A fome e a miséria só mudaram suas formas de atingir a quem sempre esteve à margem da sociedade. Se não mais no período colonial, por meio da escravidão e das cobranças dos impostos, agora nos centros urbanos que cresciam desordenadamente juntamente às doenças e à mortalidade, mormente, infantil.

Paralelamente, mas não independente, se dava no mesmo momento a produção de um conhecimento em volta da saúde escolar e a educação. “A saúde, no capitalismo mercantilista, deixou de ser um bem individual para se transformar em um bem do Estado.” (Lima, 78).

Além dos conflitos da guerra, no ano de 1918 para o Ceará foi marcado por uma epidemia de gripe com 8.310 casos registrados e 343 óbitos. O que deu margem para que a escola recebesse maiores responsabilidades no sentido de garantir através da informação a consciência pública de desenvolver hábitos de higiene e dessa forma, levar as pessoas a usufruíam seus espaços com melhores condições de vida.

A Primeira Guerra Mundial foi determinante para esse sopro de novas configurações na educação brasileira. O país precisaria passar por uma mudança de paradigmas para retomar o rumo de construção de uma nação humana. No Relatório de Governo de 1919, o Desembargador José Moreira da Rocha traduz um pouco das sensações:

A guerra a que foi obrigada a nossa pátria provocou uma crise fecunda de patriotismo, agitou todas as camadas sociais e criou um momento histórico no

qual germinarão e rapidamente crescerão as sementes que produzem os factores da civilização e engrandecem os países. É mais do que oportuno todo o esforço tendente a fazer da escola, oficina onde se lapida o character, onde se forma o cidadão, forte physica e moralmente. É o momento de incrementar o trabalho, que já vem sendo feito, de tornar brasileiras, capazes da vida feliz, todas as creanças que nascem no Brasil (p.17)

As intenções, no Ceará, eram muitas e acompanhavam o compasso nacional: acabar com o analfabetismo e mudar a realidade. Ao mestre, os maiores desafios, uma vez que ele representava a personificação da “*cultura e das ciencias, espírito, que não só assimila idéias e doutrinas, como estuda os phenomenos sociaes e cósmicos que condicionam a vida humana*” (idem).

E claramente vamos percebendo, na forma de escrever e fazer o sistema educativo, a influencia das idéias ecolanovistas já comentadas. Nesse mesmo relatório é descrito com bastante ufanismo a atuação dos ‘*heroes da campanha educacionista*’. Porém mais importante que o reconhecimento por parte desse trabalho é a influencia que as novas idéias exercem nos documentos oficiais. Mudou a forma de ver a criança e de elaborar os métodos pedagógicos. O professor é considerado o protagonista em meio a reconfiguração da educação na I República uma vez que encontrará uma maneira de acabar com o atraso do progresso: o analfabetismo. Muito embora, o real problema esteja não no sujeito analfabeto e sim no contexto que o fez assim.

No entanto, há uma grande contradição entre as obrigações estabelecidas e as condições favoráveis. Enquanto se destaca o papel do professor e a melhora urgente do quadro educacional, a rede escolar é caracterizada por sua pobreza e o magistério uma profissão árdua pela desvalorização e miserável remuneração. Como vimos no Relatório de 1917:

Outros seguindo a regra geral, permitiam que, em suas escolas, os alumnos se accommodassem para ler em pequenas caixas, que depois utilizavam para escrever, á guiza de carteiras, assentando-se no próprio solo. Era essa e ainda é, em muitas partes, a feição de que se reveste uma escola pública, cuja única representação visível, é a professora, com suas qualidades inherentes de falta de estímulo, e por vezes, de competência.

Quanto ao ensino secundário público, representado pelo Lyceo, o número de matriculas era irrisório, comparado à quantidade de alunos nessa idade escolar . Somando os quatro anos dos relatórios em questão, tínhamos 333 alunos, sendo que, dos 117 do período de 1917 a 1919, apenas 6 eram do sexo feminino. O que já sinaliza o perfil dessa clientela.

Ao contrário do que se escreve em parte da literatura a respeito o Liceu não era, nesse momento, a única escola pública de ensino secundário geral do Estado do Ceará. Em 1919 foram criadas duas escolas de ensino secundário nas cidades de Crato e Sobral, mas por conta das dificuldades elas viriam a fechar em 1920 através da Lei de 16 de agosto de 1920.

As observações feitas para o ensino secundário nesse período serão breves. Se comparadas ao ensino primário, elas serão elementares. Mas fica bastante claro que o esforço do Liceu era de trabalhar severamente a moral para conservar seu renome.

Em 1819 o Liceu passou a funcionar através de energia elétrica após conseguir o fornecimento pelo antigo motor existente no Teatro José de Alencar. Enquanto isso, o currículo do ensino secundário fomentava a característica preparatória pela diversidade das disciplinas ofertadas. Chama atenção a presença do francês, alemão, latim, corografia e psicologia.

Ao contrário do que acontecia no ensino primário, os professores não eram acometidos do desânimo docente. O quadro era composto por bacharéis, advogados, farmacêuticos, médicos, engenheiros e padres. Vale ressaltar que todos do sexo masculino. Às mulheres cabia a educação das crianças até os dez anos de idade. De acordo com Thomaz Pompeo:

Quando os meninos caminham para a puberdade, despertam-se-lhes sentimentos mais viris, precisam de exercícios físicos mais rudes e, sobretudo, de quem os inicie por atos, palavras, exemplos, a penetrarem com segurança nos meandros da vida pública. Se não falece a mulher o sentimento cívico, o amor da pátria, não tem por experiência pessoal, como o homem, o conhecimento e a prática dos deveres cidadãos. (Relatório de Governo de 1917 a 1918, pág 11).

É nesse sentido que chegar ao corpo docente do Liceu tornava-se ainda mais difícil, visto que existia uma teoria de valorização do homem. Quanto ao corpo administrativo era representado por uma equipe de nove pessoas (Diretor,

secretario, amanuense, inspetor de alunos, bedel e arquivista, continuo, porteiro preparadores de física e química e de história natural).

Como já comentamos houve um surto de gripe espanhola após a I Guerra Mundial que afetou, inclusive, o Ceará. As mortes, principalmente, entre jovens em idade escolar, moveram a elaboração do conhecido '*Decreto da Gripe*' que tentou amparar os estudantes que se mantiveram distantes da escola por conta da doença, trazendo facilidades para o ingresso na escola, suspendendo o exame de vestibular para os alunos que concluíssem o curso preparatório até 31 de março de 1919.

Mas o que observamos é que os alunos do Lyceo do Ceará não foram beneficiados pelas facilidades decretadas por parte do poder público. O número de matrículas continuava muito inferior ao número de jovens em idade escolar. E mesmo quando esses meninos freqüentavam a escola a exclusão desse ensino acontecia através dos difíceis conteúdos e distanciamento do ensino com as condições de aprendizagem do educando.

Muito nos parece que o Liceu não era entendido como parte da rede escolar. Não existia uma unidade educacional nem pedagógica nem fisicamente falando. Ele não sofria pelos mesmos problemas ou com a mesma intensidade que o ensino primário e as escolas rurais enfrentavam.

A mola propulsora dessa situação não era o ensino secundário em si, ou a crença de ser ele o pedaço de importância na formação do homem. O público era escasso e bastante privilegiado. E nesse caso, uma característica brasileira bem peculiar, onde, paulatinamente, na transposição das forças políticas o poder privado foi se infiltrando no público, na medida em que a classe dominante utilizou o Estado como instrumento de defesa de seus interesses particulares, e, ao mesmo tempo, um processo de penetração do Estado, como agente regulador e controlador na vida privada.

As resistências ao decreto da gripe não punham em questão os métodos de ensino-aprendizagem, a postura do professor ou os conteúdos escolares. Demonstrava indignação ao fato de possibilitar a modificação do perfil dos alunos secundários, retirando esse privilégio e exclusividade dos filhos da elite.

Referências Bibliográficas

SILVA, Geraldo Bastos,. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1969.

CARVALHO, José Murilo **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FREIRE, Ana Maria. **Analfabetismo no Brasil**: da Ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez, 1993.

LIMA, Gerson Zanetta. **Saúde escolar e educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP & A, 1976.

PAIVA, Nilda. **Educação popular**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

PLÁCIDO, Aderaldo Castelo. **História do Ensino no Ceará**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Espaço público e educação**. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD (orgs). O cenário educacional Latino – americano no Limiar do Século XXI: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZANOTTI, L.J. **Etapas históricas de la política educativa**. Buenos Aires: Eudeba, 1972.

(Footnotes)

¹ Joyce Carneiro de Oliveira. Mestranda em Educação Brasileira e professora da Universidade Federal do Ceará.

² Carvalho; 2004, explica os conceitos de direitos civis, políticos e sociais. Direitos civis são entendidos como os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade, em geral, se refere ao direito do voto. Os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva

– educação, trabalho, salário justo, saúde, aposentadoria.

